

CORREÇÃO MONETÁRIA: BOA MUDANÇA.

Empresários dizem que a redução da correção poderá ter bons resultados

Se depender apenas da opinião dos empresários, o Conselho Monetário Nacional (CMN) pode aprovar hoje, sem susto, medidas como o corte nos subsídios e a redução da correção monetária. Ontem, vários industriais presentes ao almoço de apresentação da XI Feira de Eletroeletrônica e da III Febrava — Feira Brasileira de Refrigeração, Ar Condicionado, Ventilação e Tratamento de Ar, que serão realizadas entre os próximos dias 20 e 26 de junho, manifestaram-se favoráveis aquelas medidas, mas fizeram uma ressalva: elas precisam ser implantadas com muito cuidado.

Segundo o presidente da Abinee, Firmino Rocha de Freitas, o corte nos subsídios é necessário, mas está estreitamente ligado à desindexação da economia. "Se não for assim, para quanto irá a inflação?" Ele ressaltou ainda que não sabe as maneiras de se conseguir o fim da indexação na nossa economia, fazendo algumas perguntas: "O que se faria com os salários? E com a vinculação do dólar à ORTN? E as taxas de juros baseadas em ORTNs? E os aluguéis? E como seriam cobradas multas para quem deve IPI, INPS, etc.?", disse Rocha de Freitas.

Ele entende que o problema deve ser estudado de maneira ampla, pois existem, conforme esclareceu, duas correntes de pensamento: a primeira acredita que, para atender o acordo com o FMI é preciso reduzir os subsídios e a segunda — da qual o expoente é o ex-ministro Mário Henrique Simonsen — acha que é preciso desindexar a economia.

— Eu — disse Firmino — não tenho ainda uma opinião formada a respeito do assunto, mas, em se tratando dos efeitos, sei que o corte no subsídio do petróleo causará uma alta nos preços e, por consequência, na inflação.

No entanto, ele reconhece que é necessário uma redução nos subsídios, a fim de diminuir os gastos públicos em relação ao PIB.

Saída difícil

Para ele, a economia brasileira não está num beco sem saída. "Há sempre uma saída; o Brasil foi sangrado durante dez anos, transferindo suas riquezas para o Exterior através dos altos preços do petróleo. Agora temos de arrumar uma maneira de recuperar isso".

Sérgio Ugolini, vice-presidente da Abinee, acha que "vamos ter de fazer de tudo para alterar a atual situação do País. E digo mais, acho que o governo deveria fixar a ORTN em torno de 70% da inflação, para um prazo de um ou dois anos,

senão o País vai quebrar". Ele afirma que o subsídio ao trigo já poderia ter sido cortado há 10 anos, "porque temos condições de substituir o trigo pelo milho e pela mandioca". Ele lembrou ainda que "as indústrias desse setor estão paradas, e é preciso pô-las a funcionar".

O vice da Abinee afirmou que as medidas a serem adotadas agora "têm de ser de economia de guerra", explicando que no caso do petróleo a produção de mil usinas para produção de 30 mil litros/dia de álcool, espalhadas pelo País, poderiam reduzir substancialmente os gastos com importação.

Da mesma maneira, Sérgio Ugolini acredita que uma alta no custo do diesel poderia incrementar a regionalização da economia, ou seja, "consumir o que se produz no local".

Vida curta

Com relação à exportação, ele entende que é necessário diminuir alguns subsídios, por exemplo os da Resolução 674 (adiantamento para exportação com juros e correção monetária de 45%), "que não têm sentido, pois quanto maior a inflação mais se ganha e, portanto, basta torcer para que a inflação cresça", disse Ugolini. Ele também reconheceu que, "se não mudarem a política econômica atual, as empresas nacionais, de um modo geral, não durarão mais seis meses".

O diretor da Fiesp — Federação das Indústrias do Estado de São Paulo —, Paulo Francini, acha que o corte dos subsídios é uma saída difícil, "mas a esta altura não existem saídas fáceis". Ele entende de que para corrigir o déficit público não há outra maneira: "O jeito — disse Francini — é realmente rever a questão do subsídio, e não só para o petróleo, mas também para todos os setores".

Francini adiantou que deverão sair algumas medidas com relação aos subsídios, "mas entendo que não devem ser medidas isoladas, e sim um conjunto de medidas harmônicas — não pequenos ajustes. Caso contrário, de nada adiantarão". Ele ainda afirmou que é preciso repensar todos os subsídios, até mesmo e principalmente os relacionados à exportação, já que o subsídio "escondido" só é possível agora através do crédito. No entanto, sobre exportações propós que o financiamento subsidiado não fosse feito sobre a produção, mas sobre o valor da exportação.

O empresário Sérgio Bardella, vice-presidente da ABIB — Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Indústria de Base —, acha que os subsídios devem ser

retirados aos poucos, "porque são uma das razões do déficit de caixa do governo, e tirando isso a inflação poderá cair". Segundo Sérgio Bardella, o País tem de encarar o fato de que "os subsídios existem sempre em detrimento de alguns setores".

No entanto, acrescentou, no caso da agricultura o corte deve ser bem pensado, por que esse setor é subsidiado diretamente ou indiretamente em todos os países do mundo.

Para o secretário da Indústria e do Comércio de São Paulo, Einar Kok, o efeito do remédio (corte de subsídios, por exemplo) depende, entre outras coisas, da confiança "que o doente tem em quem o recomendou". Palavras ratificadas pelo empresário Dilson Funaro, que acrescentou: "Essas medidas vão levar o País a agravar a recessão e não vão resolver nenhum problema social; ao contrário, este vai-se agravar".

— É triste — disse Dilson Funaro — que o País não possa renegociar sua dívida externa de uma maneira competente, permitindo que se retorne a um desenvolvimento consciente.

Exportação

Jacques Glaz, coordenador do setor de exportação da Abinee, considerou promissoras as exportações do setor. Segundo sua exposição, as vendas externas do setor deverão atingir este ano US\$ 1,5 bilhão, contra US\$ 850 milhões em 1982 e US\$ 1,150 bilhão em 81. Dos US\$ 1,5 bilhão deste ano, ele adiantou que US\$ 150 milhões irão para o setor de telecomunicações.

Glaz previu esse aumento por causa de muitos acordos bilaterais que estão para serem concluídos ainda este ano. Um com o Equador, para trocar equipamentos de telecomunicações por 20 mil barris de petróleo por dia durante dois anos. Outro é com o Peru.

Segundo Glaz, o setor eletroeletrônico conseguiu financiamento junto à Cacex, no total de US\$ 190 milhões, para exportar equipamento de telecomunicações ao Peru, entre eles 150 mil terminais telefônicos. Dos US\$ 190 milhões, US\$ 170 são para equipamentos de telecomunicações e US\$ 20 milhões para equipamento de finalização. Glaz acrescentou ainda que poderão também surgir acordos de troca com a Argentina, Chile, Nigéria, Colômbia e Venezuela. E mais: que dos US\$ 2 bilhões da balança entre México e Brasil, US\$ 80 milhões representam equipamentos eletroeletrônicos.

(Sérgio Leopoldo Rodrigues)